

CONSEQUÊNCIAS DA REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Douglas de Oliveira Abrahão
Gislene do Amaral Alves

RESUMO

Este texto tem por finalidade apresentar um projeto de pesquisa, o qual aponta para um mapeamento acerca dos conceitos advindos da regulamentação da profissão, que foi elaborado como requisito parcial para avaliação da disciplina Metodologia da Pesquisa, durante o segundo período do curso de Educação física, no ano de 2008. Tem como recorte, o estudo das implicações da regulamentação no uso da expressão “educador físico” para representar socialmente o profissional formado nos cursos de graduação em educação física. Embora não tenha sido desenvolvida a pesquisa proposta, considero relevante, neste momento, esta discussão visando aprofundar estas questões junto à comunidade científica.

Palavras-chave: Regulamentação da profissão; CREF/CONFEF; Identidade profissional.

ABSTRACT

This text aims to present a research project, which points to a survey on the concepts of the profession resulting from regulations, which was prepared as partial requirement for evaluation of the course Research Methodology, in the second period of the course of Physical Education, in the year 2008. Its cut, the study of the implications of regulations on the use of "physical educator" to represent the professional society formed in undergraduate courses in physical education. Although not developed the research proposal, is relevant at this moment, this discussion to explore these issues with the scientific community.

Key words: Regulation of the profession; CREF / CONFEF, Professional identity.

RESUMEN

Este texto tiene por objeto presentar un proyecto de investigación, lo que apunta a un estudio sobre los conceptos de la profesión resultante de reglamentos, que fue preparado como requisito para la evaluación parcial del curso Metodología de la Investigación, en el segundo periodo del curso de la Educación Física, en el año 2008. Su corte, el estudio de las repercusiones de los reglamentos sobre el uso de "educador físico" para representar a la sociedad de profesionales formados en los cursos de educación física. Aunque no se elaboró la propuesta de investigación, es pertinente en este momento, este debate para explorar estas cuestiones con la comunidad científica.

Palabras clave: Regulación de la profesión; CREF / CONFEF, Identidad profesional

Introdução

Este texto é fruto de um trabalho de conclusão de disciplina, MTP (metodologia da pesquisa), realizada no segundo período do curso de graduação em educação física da Universidade Federal de Uberlândia, no ano de 2008. Para a elaboração de um projeto de pesquisa, requisito parcial para avaliação da disciplina, foi adotado o seguinte procedimento: a partir dos dozes Grupos de Trabalho Temático (GTT's), deveria ser elaborado um problema de pesquisa, identificando os vários recortes encontrados nos GTTs, de acordo com as possibilidades de questionamentos que a turma seria capaz de fazer neste momento da nossa formação.

Neste contexto, optei por um aspecto significativo em nossa área, que diz respeito à constituição da identidade profissional a partir da regulamentação da profissão. Considero ser este um tema recente, mas ainda pouco explorado nas publicações encontradas durante o curto período que tivemos para esta tarefa. Além disso, é importante considerar que se trata de um processo histórico em formação, uma vez que a regulamentação profissional em nossa área completou dez anos em 2008, mas durante este período tem provocado inúmeras polêmicas que o têm mantido com uma discussão atual.

Contextualizando a escolha da temática

A idéia desta temática de trabalho surgiu a partir da realidade vivenciada cotidianamente, decorrente da convivência familiar que me levou a assistir o dia-a-dia da prática profissional dentro de uma academia, na qual passei parte de minha vida, (o que contribuiu significativamente para o ingresso no curso de graduação em Educação Física). Neste ambiente acompanhei, inicialmente como ouvinte, as discussões a respeito da regulamentação da profissão na área da Educação Física, por professores e frequentadores da academia, incluindo profissionais ligados ao Conselho Regional, que ali desenvolviam seus debates, apresentando diversas justificativas a respeito da regulamentação profissional. Diante disso, passei a confiar e a reproduzir tais discursos desconhecendo ainda os aspectos políticos e filosóficos por trás do mesmo, bem como o caráter protecionista que, naquele momento transparecia daqueles profissionais.

Hoje, estando dentro do curso de graduação que me possibilitou uma ampla e melhor formação crítica, consigo enxergar nas “entre linhas” às implicações desta lógica que se sustenta na idéia proteção da sociedade (contra profissionais não habilitados a exercer a profissão) e dos Professores de Educação Física (assegurando o mercado de trabalho).

Portanto, movido por um sentimento de indignação e com a finalidade de superar as lacunas decorrentes do período de ignorância/falta de (in)formação, decidi estudar esta questão, buscando contribuir com a leitura da realidade social dos profissionais de educação física.

No começo foi um pouco difícil, vendo a relutância nos olhos e faces dos meus colegas, e por diversas vezes até em palavras, ao comentar sobre a temática de meu trabalho. Para a maioria dos alunos, principalmente na graduação, esta área estaria dissociada da política, como se fosse possível pensar nossa profissão sem um posicionamento político acerca dos condicionamentos sociais. Quem pensa que sua vida é apolítica, que esta é uma prática alheia a nossa área, mal sabe que este

posicionamento já é uma atitude política, e que permeará toda sua vida acadêmica e profissional.

Como disse um famoso dramaturgo, poeta e encenador alemão referindo-se a política:

“O pior analfabeto que existe é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais”.(O Analfabeto Político. BERTHOLD, Brecht)

Objetivo

O presente estudo tem como objetivo descrever as conseqüências da regulamentação da profissão na utilização do uso da expressão “Educador físico” na construção de uma determinada identidade profissional, a partir da regulamentação da profissão e da instituição do sistema CONFEF/CREF’s.

Breve Histórico: As Conseqüências da Regulamentação

A expressão utilizada usualmente pelo conselho “Educador Físico”, vem, de certa forma, substituindo o que outrora sempre foi usado “Professor de Educação Física”. Epistemologicamente o primeiro termo trás consigo diversos problemas, pois “Professor” é aquele que ensina uma ciência uma arte, tem formação, acadêmico - científica sendo preparado para designar uma profissão, a de “Mestre”; um “Educador” pressupõe o desenvolvimento de um indivíduo por meio de um mediador que não necessariamente se faz necessária alguma formação científica, possibilitado assim a qualquer um ser educador.

Neste sentido, torna-se relevante uma análise das implicações desta mudança em relação ao seu impacto na prática profissional de educação física, diante do risco de uma visão simplista e reducionista da realidade, que nos transforma em meros reprodutores do conhecimento. Segundo o Conselho Federal de Educação Física, a justificativa para esta substituição é o da inapropriação do termo Professor para a categoria, pois este restringiria nossa ação ao contexto escolar, enquanto o segundo (Educador) teria maior amplitude de abrangência social.

Considerando que as influências das deliberações do conselho na área, se restringem aos espaços não formais, não possuindo, portanto, poderes de exigir a filiação ao conselho por partes de Professores Universitários (não só universitários, mas da área escolar), pois cabe ao MEC fiscalizar e autorizar o funcionamento dos cursos de graduação, foi criado o “CREFinho”¹ numa tentativa de vincular os estudantes, aos seus

1- O primeiro aparecimento do “CREFinho” foi no Rio de Janeiro, onde o órgão normativo e o CREF1/RJ-ES, segundo matéria vinculada à revista E.F. (ano. V. nº. 18, novembro de 2005) este

ideais por eles defendidos, ofertando a participação dos estudantes na assessoria da presidência do conselho, alegando que a mobilização estudantil a favor do conselho dentro das universidades facilitaria o ingresso ao mercado de trabalho, a fomentação aos estágios obrigatórios e a implantação de cursos de especialização.

Outro espaço que tem contribuído para a propagação dos pressupostos defendidos pelo Conselho são os chamados cursos “provisionados”, criados a partir da regulamentação da profissão em 1998, instituídos pelo Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) “qualificando” profissionais a exercerem esta profissão a que chamam “Educador Físico”, atuando em espaços considerados de “propriedade” da educação física.

Criado na perspectiva de atender os profissionais que já trabalhavam na área esportiva, terapêutica e fitness (denominada como área informal, sendo a formal caracterizada pela atuação escolar), que não possuíam formação acadêmico– científica, mas que poderiam ser “injustiçados” se fossem, por força da lei, obrigados a deixar de atuar nestes espaços². Entretanto, cabe questionar se esta formação, de duração média de um ano, carga horária distribuída em um ou dois dias da semana, é suficiente para garantir a qualidade destes profissionais; ainda, se o uso da expressão citada não seria, portanto, uma saída para a inclusão dos profissionais formados nestes cursos.

O Movimento Estudantil de Educação Física (MEFF) que é representativo em nível nacional se faz presente e participativo na questão da regulamentação, manifestando-se contrário, criando uma bandeira de luta, o MNCR (Movimento Nacional Contra a Regulamentação da Profissão em Educação Física).

No Rio de Janeiro onde houve o primeiro aparecimento do “Crefinho” os D/A’s (Diretórios Acadêmicos) e C/A’s (Centros Acadêmicos) órgãos de representação estudantil que funcionam dentro da universidade, são presentes e tem amplos espaços de diálogos e formação com os discentes, tanto a respeito dos problemas da regulamentação quanto das demais demandas ligadas à educação física.



conselho em miniatura seria composto por estudantes de todas as faculdades do Rio de Janeiro, mas precisamente na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

² Encampando o discurso de não prejudicar a classe trabalhadora, a regulamentação garante que o profissional que comprove dez anos de sua atuação na respectiva área, teria o direito de atuar legalmente na atividade que exercia, mediante a disponibilização, pelo CONFEF, de uma carteira de atuação profissional (perante pagamento da anuidade, que no ano de 2006, chegou a 498,00 reais), que constaria sua área de atuação, que poderia ser de técnico esportivo, massagista, preparador físico, massoterapeuta e até personal training.

Perante este cenário em que se encontra a nossa atuação e formação profissional, nossa identidade que há muito vem sendo discutida no cenário acadêmico em função de suas indefinições, se perde cada vez mais neste “(Super)mercado” que tem se tornado nossa profissão.

“A identidade docente não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lidar de lutas e conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão. Por isso, é mais adequado falar em processo identitário, realçando a mescla dinâmica que caracteriza a maneira como cada um se sente e se diz professor. [...] É um processo que necessita tempo. Um tempo para refazer identidades, para acomodar inovações, e assimilar mudanças.” (Antônio Nóvoa. Os Professores e as Histórias de Sua Vida. 1992 p.16)

Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, será a bibliográfica e documental que pressupõe a análise de dados escritos, do estudo de textos impressos, livros e periódicos, tomando como fontes de pesquisa as publicações do CONFEF (Periódicos / Jornais e Revistas) analisando o discurso empregado na justificativa de suas proposições acerca da identidade profissional.

Outras fontes poderão ser dissertações e teses, artigos e livros, que tenham sido publicados nos últimos anos e que possam contribuir com a compreensão e aproximação com o tema.

Conclusões Parciais

Partindo do Poema de BRECH “O pior analfabeto que existe é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos.” Podemos notar que a prática da Educação Física, principalmente no meio acadêmico, referindo-se aos discentes, tem se feito alheia a esta construção política, não em sua totalidade, pois sabemos das manifestações da área que esta prática esta inserida dentro da política; mas em sua maioria, devido à ênfase de desportos e a influência do conhecimento biológico proveniente das instituições médicas que se deu a Educação Física, sempre se teve à idéia de que ambas estavam dissociadas.

É preciso que adquiramos a consciência que os processos políticos vão permear nossa prática e perante isto o profissional deve se apropriar de tal conhecimento para não ser mais uma marionete dos que detém o poder

Bibliografia Consultada

- ALMEIDA, Ana. Flavia. Paes. Lemes de. Código de Ética do Profissional de Educação Física: analisando adesão e aplicabilidade. 2002. Dissertação (Mestre em Educação Física) Universidade Gama Filho
- BRACHT, Valter. Sociologia Crítica do Esporte. 2005. Cap. 10: o esporte e as instituições. pág. 95 a 120.
- _____ & Crisorio, Ricardo. A educação física no Brasil e na Argentina: identidade, desafios e perspectivas. 2003. Autores Associados.
- BATISTA. Tojal. João. Ética profissional da educação física/ CONFEF's – Editora. Shape. 2004.
- FARIAS. Gelcemar. Oliveira. O percurso dos profissionais de educação física: rumo à prática pedagógica. 2000. Dissertação (Mestre em Educação Física) Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Desportos.
- Profª. GAWRYSZEWSKI, Bruno (Mestrando da Faculdade de Educação/UFRJ)
Acad. MARQUES, Gabriel Rodrigues (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Artigo: Ataques e Contra Ataques; um histórico das batalhas jurídicas contra o sistema CONFEF/CREF.
- MARINHO, Inezil Penha. Nova denominação para o professor de educação física- educação física uma expressão inadequada. 2005. Coletânea de Textos. CBCE. pág. 73 a 93. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre
- NASCIMENTO, Ian. Anderson de Andrade. Sistema CONFEF/CREF's: difusão da empregabilidade e adequação dos profissionais de educação física ao precário mundo do trabalho. 2007. Monografia (Licenciado em Educação Física) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Ciência da Saúde.
- NUNES, Sergio. Inácio. Formação e Experiências Profissionais de Formadores: trajetórias de professores aposentados no curso de educação física da universidade federal de Uberlândia. 2004. Dissertação (Mestre em Educação) Universidade Federal de Uberlândia.
- PALAFIX. H. Muniz. Gabriel & VASCONCELOS, Terra. Dinah. Regulamentação da profissão em educação física: uma questão ideológica. Artigo
- PENNA. Adriana. Machado. Sistema CONFEF/CREF's: a expressão do projeto dominante de formação humana na educação física. 2006. Dissertação (Mestre em Educação) Universidade Federal Fluminense.
- REIS. Marize. Cisneiro. da Costa. A identidade acadêmico – científica da Educação Física: uma investigação. 2002. Tese. (Doutora em Educação Física) Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- SOARES, Carmen Lúcia. Educação Física: raízes européias e do Brasil. em nome do corpo e da saúde social. Cap. 2. Pág. 33 a 68. Autores Associados. Campinas
- SARTORI. Sergio. Kudsi. Perspectivas e limites da profissão de educação física. 1997. Dissertação (Mestre em Educação) Universidade Estácio de Sá. Centro de Estudos em Educação Rio de Janeiro.
- TAFFAREL. Celli. Profª. Titular da Universidade Federal da Bahia
- LACKS. Solange Doutoranda Universidade Federal da Bahia
Artigo: Política de Formação e Educação Física: conflitos e confrontos entre MEC/CNE, ANFOPE e CONFEF.
Jornal do Conselho Regional de Educação Física da 6ª região /MG. ano 6, nº. 5, maio de 2008.
Revista E. F. Órgão Oficial do CONFEF: O que é Crefinho? ano. V. nº. 18, novembro de 2005.